



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 119/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2231/2014 – 10 VOLUMES.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Guilherme Frederico da Silveira Gomes, gestor responsável pelo período de 01/01/2013 a 12/03/2013; e Sra. Silvana Miranda Correa, correspondente ao período de 13/03/2013 a 31/12/2013.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 83/2014 – DICAD/AM (fls. 1790/1809)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 274/2015-MP/ELCM, da lavra da Procuradora de Contas Elizângela Lima Costa Marinho.

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. Exercício de 2013.

Contas regular (período de 01/01/2013 a 12/03/2013) e regular, com ressalvas (período de 13/03/2013 a 31/12/2013). Multa. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A:

9.1 – À unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância com o posicionamento exarado pelo Órgão Ministerial, no sentido de:

9.1.1 - Julgar **REGULAR** a Prestação de Contas do Sr. Guilherme Frederico da Silveira Gomes, gestor responsável pelo FUNDECON, **no período de 01/01/2013 a 12/03/2013**, dando quitação ao mesmo, de acordo com o artigo 22, I, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

9.1.2 - Julgar **REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas da Sra. Silvana Miranda Correa, Diretora do FUNDECON **no período de 13/03/2013 a 31/12/2013**; de acordo com o artigo 22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

9.1.3 - **RECOMENDAR** à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, e que:

a) Anexe em suas Prestações de Contas o formulário de Inventário contendo “NADA CONSTA”; visto ser uma exigência da Resolução nº 05/1990-TCE/AM;

b) Proceda à remessa de toda a documentação relativa a sua prestação de contas ao Sistema e-Contas, conforme elenca a Resolução nº 33/2012 TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 119/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c) Aplique o disposto na Lei nº 8.666/93, especificamente a matéria relativa aos contratos, evitando a verificação de lacunas nos instrumentos celebrados pela FUNDECON;

d) Observe a regular aplicação do artigo 62, da Lei nº 8.666/93, e priorize a adoção do instrumento contratual, com os elementos previstos na Lei nº 8.666/93, principalmente em seu artigo 55, nas aquisições efetuadas pelo FUNDECON;

9.1.4 - **NOTIFICAR** a interessada com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

9.2 – POR MAIORIA, nos termos do voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Julio Cabral, aplicar multa à **Sra. Silvana Miranda Correa**, Diretora do FUNDECON no período de 13/03/2013 a 31/12/2013, com fulcro no artigo 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, **no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)**, em face do disposto nos itens 20 a 28, do Relatório/Voto, fixando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencido o Conselheiro-Relator, que manteve seu voto pela aplicação de multa no valor de R\$4.000,00. Vencido o Conselheiro Raimundo José Michiles, que votou pela inaplicabilidade de multa à responsável.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de março de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral